

Relatório de Gestão 2022

1- Apresentação - Contexto Operacional

O Instituto Brasileiro de Museus - Ibram é uma autarquia vinculada à Secretaria Especial da Cultura – SECULT, do Ministério do Turismo, possui personalidade Jurídica de Direito Público, foi criado por meio da Lei 11.906/2009, com sede e foro em Brasília/DF, possui 02 (dois) escritórios regionais de representação: 01 (um) em Minas Gerais e outro no Rio de Janeiro, além de 30 (trinta) museus vinculados distribuídos em diversos estados brasileiros. O Ibram sucedeu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais.

A Autarquia é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor, tais como, aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros.

Quanto às normas legais, o Ibram observa a Lei 8.112/90 na contratação dos seus servidores, a Lei 8.666/93 e Lei 14.133/21 para contratação dos seus fornecedores e a Lei 4.320/64 para suas finanças públicas bem como a Lei Complementar 101/2000 - LRF.

O Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.

A verificação da conformidade contábil das unidades gestoras executoras do Ibram é realizada conforme procedimentos descritos nos Normativos da Secretaria do Tesouro Nacional, em específico no Manual Siafi (Auditores Contábeis) e tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade de registro de Gestão e outros instrumentos que subsidiem o processo de análise.

Para a efetivação do registro da conformidade contábil, o órgão se dispõe de dois contadores devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, habilitados no Siafi e atualizados na tabela de UG compondo o rol de responsáveis pela conformidade contábil do Ibram, não possuindo a função de emitir documentos no Siafi nem responsáveis pelo registro da conformidade de registro de gestão, obedecendo, dessa forma, ao princípio da Segregação de Funções disposto na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 481/2014 e Manual Siafi – 020315.

2- Declaração do Contador

A Divisão de Contabilidade compõe a estrutura organizacional da Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade, no Departamento de Planejamento de Gestão Interna e, conforme disposto no parágrafo único do artigo 9º do Decreto 6.976/2009, é considerada Órgão Seccional de Contabilidade e exerce, por delegação, a competência de Órgão Setorial de Contabilidade do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis no âmbito desta Autarquia, nas unidades gestoras vinculadas abaixo relacionadas:

- Seccional de Orçamento e Finanças,
- Ibram Sede,
- Escritório de Representação do Ibram no Rio de Janeiro,
- Escritório de Representação do Ibram em Minas Gerais/Espírito Santo,

- Coordenação de Gestão de Pessoas,
- Museu Imperial,
- Museu Histórico Nacional,
- Museu Nacional de Belas Artes,
- Museu da República,
- Museu da Inconfidência,
- Museu Lasar Segall,
- Museu Villa-Lobos e
- Museus Castro Maya.

Importante destacar que algumas dessas unidades museológicas supramencionadas estão em processo de extinção, em atendimento à Portaria SEGES/ME 13.623/2019, que estabelece diretrizes para redimensionamento do quantitativo de Unidades Administrativas de Serviços Gerais – Uasg, pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

A análise e registro da conformidade contábil das Demonstrações Contábeis de todas as unidades gestoras executoras pertencentes à gestão do Ibram é realizada por esta Divisão de Contabilidade. Ressalta-se que os procedimentos de análise são criteriosos e realizados mensalmente para cada unidade gestora executora, em que são verificadas as inconsistências ou desequilíbrios apresentados nas Demonstrações Contábeis, além da existência de inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis constantes no Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira (Sistema do Governo Federal). Na análise, são observadas as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional, os instrumentos de análise disponíveis no Manual Siafi e outros dispositivos legais à disposição do conformista. Esta Autarquia busca aderência aos critérios estabelecidos pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e preconiza pela obediência às metodologias definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público e no Manual Siafi.

As Demonstrações Contábeis do Instituto Brasileiro de Museus são as seguintes:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração das Variações Patrimoniais
- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Notas Explicativas

Essas Demonstrações Contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil: a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e o Manual Siafi.

Ressalvas:

- Há que se considerar que o Ibram ainda não está aplicando o dispositivo da depreciação e amortização nos itens do ativo imobilizado e intangível. Isso se deve em parte à falta de termos de cessão /doação de alguns bens móveis que deveriam ser incorporados ao patrimônio do órgão em virtude da Lei 11.906/2009. Para os bens que a Entidade detém apenas a posse, não está sendo aplicado o instituto de depreciação, reavaliação ou redução a valor de mercado. Ressalta-se ainda que para a aplicação do procedimento de depreciação, primeiramente, é necessário fazer com que o valor do bem registrado no patrimônio espelhe o Valor Justo (fair value) ou valor de mercado, por meio dos procedimentos de reavaliação e redução a valor de mercado (Testes de Recuperabilidade). Esses procedimentos, por sua vez, ainda não estão

sendo realizados pelas Unidades Gestoras Executoras em razão da quantidade limitada de servidores para composição de comissão responsável pela realização dos trabalhos iniciais de ajuste ao Valor Justo, bem como pela grande rotatividade de servidores. Cabe ressaltar que esta Autarquia adquiriu o sistema Siads - Sistema Integrado de Administração de Serviços que será implantado brevemente nas unidades gestoras executoras, o que permitirá o saneamento dessa deficiência relativa aos bens do ativo imobilizado para os próximos exercícios.

- Quanto à estimativa da vida útil econômica do ativo, ao cálculo da depreciação, bem como às taxas que serão utilizadas, a Entidade adotará a metodologia definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público e no manual Siafi visando à uniformidade e a comparabilidade das informações.
- Em se tratando da avaliação e mensuração das Disponibilidades e dos Estoques, tem-se que as Disponibilidades são mensuradas pelo valor original; e os Estoques pelo custo de aquisição, atendendo, dessa forma, a NBCT 16.10, cujas saídas são contabilizadas pelo método do Custo Médio Ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.
- No que se refere à mensuração dos ativos imobilizados e intangíveis, ressalta-se que a Unidade possui ativos transferidos de outra Entidade (Instituto do Patrimônio Histórico, Iphan) cujo valor contábil permanece o constante nos registros da entidade de origem. Sendo que para os bens adquiridos antes de 2010, como já mencionado, não estão sendo realizados os procedimentos de reavaliação ou redução a valor de mercado; já os ativos adquiridos a partir de 2010, esses estão reconhecidos com base no valor de aquisição.

DECLARAÇÃO:

Portanto, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2022, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Brasileiro de Museus, exceto no tocante às ressalvas anteriormente apontadas.

Brasília/DF, 3 de março de 2023.

Cláudia Elisa Magalhães Lopes

CRC/DF nº 017.389/O-8

Contadora do Instituto Brasileiro de Museus

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

R\$ Reais

ATIVO	2022	2021
Ativo Circulante	13.324.996,90	10.853.109,51
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.085.865,28	7.551.450,49
Créditos a Curto Prazo	1.002.472,15	3.019.334,84
Demais Créditos e Valores a Curto Prazos	1.002.472,15	3.019.334,84
Estoques	236.659,47	282.324,18
Ativo Não Circulante	479.650.772,77	462.795.135,05

Ativo Realizável a Longo Prazo		27.102,01	27.102,01
Créditos a Longo Prazo		27.102,01	27.102,01
Dívida Ativa Não Tributária		27.102,01	27.102,01
Imobilizado		479.554.019,50	462.686.471,78
Bens Móveis		50.786.591,10	50.824.891,16
Bens Móveis		50.875.303,74	50.913.603,80
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-88.712,64	-88.712,64
Bens Imóveis		428.767.428,40	411.861.580,62
Bens Imóveis		430.845.452,69	423.789.463,01
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-2.078.024,29	-11.927.882,39
Intangível		69.651,26	81.561,26
Softwares		58.495,00	70.405,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		11.156,26	11.156,26
TOTAL DO ATIVO		492.975.769,67	473.648.244,56

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	2021
Passivo Circulante	42.276.110,78	30.901.549,43
Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Curto Prazo	6.251.903,36	6.676.187,74
Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo	4.269.848,85	922.867,75
Transferências Fiscais a Curto Prazo	1.211.209,71	-
Demais Obrigações Curto Prazo	30.543.148,86	23.302.493,94
TOTAL DO PASSIVO	42.276.110,78	30.901.549,43
Patrimônio Líquido	450.699.658,89	442.746.695,13
Resultados Acumulados	450.699.658,89	442.746.695,13
Resultado do Exercício	-2.267.161,39	-3.194.992,26
Resultados de Exercícios Anteriores	442.746.695,13	446.133.689,96
Ajustes de Exercícios Anteriores	10.220.125,15	-192.002,57
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	492.975.769,67	473.648.244,56

Fonte: SIAFI

Demonstração das Variações Patrimoniais

R\$ Reais

	NE	2022	2021
Variações Patrimoniais Aumentativas		321.197.387,52	335.601.340,23
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.294.865,93	389.951,69
Venda de Mercadorias		11.815,30	4.078,68
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.283.050,63	385.873,01
Transferências e Delegações Recebidas		316.891.092,04	324.706.228,57
Transferências Intragovernamentais		315.240.855,73	323.638.086,34
Outras Transferências e Delegações Recebidas		1.650.236,31	1.068.142,23
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		2.901.871,13	9.895.003,21
Reavaliação de Ativos		787.297,19	2.340.872,08
Ganhos com Incorporação de Ativo		160.000,00	1.167.500,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos		1.954.573,94	6.386.631,13
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		109.558,42	610.156,76
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		109.558,42	610.156,76
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		321.197.387,52	335.601.340,23

Variações Patrimoniais Diminutivas	323.464.548,91	338.796.332,49
Pessoal e Encargos	46.786.496,49	50.852.490,11
Remuneração a Pessoal	36.305.191,46	40.067.106,35
Encargos Patronais	7.275.213,85	7.682.596,34
Benefícios a Pessoal	2.841.026,31	2.743.212,34
Outras Variações Patrimoniais de Pessoal e Encargos	365.064,87	359.575,08
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	26.544.166,88	24.035.547,44
Aposentadoria e Reformas	24.622.446,88	22.238.054,64
Pensões	1.262.887,67	1.097.009,73
Outras Variações Patrimoniais de Benefícios Previdenciários	658.832,33	700.483,07
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	72.720.022,47	68.927.445,60
Uso de Materiais de Consumo	329.913,04	315.924,10
Serviços de Terceiros	72.019.842,40	68.265.570,79
Depreciação, Amortização e Exaustão	370.267,03	345.950,71
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.797,21	-
Juros e Encargos de Mora	2.797,21	-
Transferências e Delegações Concedidas	165.242.144,20	173.177.325,18
Transferências Intragovernamentais	159.056.320,24	164.320.245,63
Transferências Intergovernamentais	4.055.553,08	2.427.073,50
Transferências ao Exterior	503.688,02	405.840,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.626.582,86	6.024.166,05
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	11.865.488,98	21.650.851,48
Incorporação de Passivos	8.479.638,47	18.781.354,21
Desincorporação de Ativos	3.385.850,51	2.843.518,87
Tributárias	65.121,43	70.183,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.875,56	11.033,22
Contribuições	52.245,87	59.150,55
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	238.311,25	82.488,91
Premiações	175.000,00	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	63.311,25	82.488,91
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	323.464.548,91	338.796.332,49

Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II) -2.267.161,39 -3.194.992,26

Fonte: SIAFI

Balanco Orçamentário

R\$ Reais

Receitas Orçamentárias	NE	RECEITAS			
		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes		20.515,00	20.515,00	1.298.199,09	1.277.684,09
Receita Patrimonial		7.440,00	7.440,00	34.509,63	27.069,63
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		7.440,00	7.440,00	32.739,63	25.299,63
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	1.770,00	1.770,00
Receita de Serviços		13.075,00	13.075,00	1.260.356,30	1.247.281,30
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		13.075,00	13.075,00	1.260.356,30	1.247.281,30
Outras Receitas Correntes		-	-	3.333,16	3.333,16
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		-	-	2.006,66	2.006,66
Demais Receitas Correntes		-	-	1.326,50	1.326,50
Total Receitas Correntes (I)		20.515,00	20.515,00	1.298.199,09	1.277.684,09
DÉFICIT (II)				163.713.688,38	163.713.688,38
Total (III) = I + II		20.515,00	20.515,00	165.011.887,47	164.991.372,47
Créditos Adicionais Abertos		-	4.178.152,00	1.298.199,09	1.277.684,09
Excesso de Arrecadação		-	7.069.017,00	-	-
Créditos Cancelados		-	-2.890.865,00	-	-

DESPESAS							
Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes		156.675.528,00	162.410.090,00	152.206.742,47	136.418.504,64	126.011.264,24	10.203.347,53
Pessoal e Encargos Sociais		70.591.605,00	71.399.438,00	69.984.712,22	69.984.712,22	65.411.410,79	1.414.725,78
Outras Despesas Correntes		86.083.923,00	91.010.652,00	82.222.030,25	66.433.792,42	60.599.853,45	8.788.621,75
Despesas de Capital		3.162.000,00	1.605.590,00	12.805.145,00	3.231.788,42	3.231.788,42	-11.199.555,00
Investimentos		3.162.000,00	1.605.590,00	12.805.145,00	3.231.788,42	3.231.788,42	- 11.199.555,00
Total Despesas Orçamentárias		159.837.528,00	164.015.680,00	165.011.887,47	139.650.293,06	129.243.052,66	-996.207,47

Fonte: SIAFI

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR							
NE	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
Restos a Pagar Não Processados	8.473.200,53	17.997.386,27	18.401.073,98	17.935.316,11	4.564.527,49	3.970.743,20	
Restos a Pagar Proc. e Não Proc. Liquidados	162.787,65	5.852.326,33	-	5.850.833,11	137.598,64	26.682,23	
TOTAL	8.635.988,18	23.849.712,60	18.401.073,98	23.786.149,22	4.702.126,13	3.997.425,43	

Fonte: SIAFI

Balço Financeiro

	NE	R\$ Reais	
		2022	2021
Ingressos			
Receitas Orçamentárias		1.298.199,09	391.596,92
Vinculadas		1.298.199,09	391.596,92
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.298.199,09	391.596,92
Transferências Financeiras Recebidas		315.240.855,73	323.638.086,34
Resultantes da Execução Orçamentária		278.202.607,01	264.095.774,13
Repasse Recebido		138.931.104,33	131.334.957,30
Sub-repasse Recebido		139.271.502,68	132.760.816,83
Independentes da Execução Orçamentária		37.038.248,72	59.542.312,21
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		37.006.440,67	59.504.069,78
Demais Transferências Recebidas		3.772,38	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		28.035,67	38.242,43
Recebimentos Extraorçamentários		35.966.627,93	23.775.486,83
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		10.407.240,40	5.139.703,85
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		25.361.594,41	17.997.386,27
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		91.567,86	29.885,18
Outros Recebimentos Extraorçamentários		106.225,26	608.511,53
Arrecadação de Outra Unidade		106.225,26	608.511,53
Saldo do Exercício Anterior		7.551.450,49	8.264.465,33
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.551.450,49	8.264.465,33
Total dos Ingressos		360.057.133,24	356.069.635,42

	NE	R\$ Reais	
		2022	2021
Dispêndios			
Despesas Orçamentárias		165.011.887,47	150.326.002,08
Ordinárias		128.236.245,04	131.274.438,71
Vinculadas		36.775.642,43	19.051.563,37
Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.596.162,20	8.406.268,80
Previdência Social (RPPS)		22.935.289,14	8.420.976,82
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		12.244.191,09	2.224.317,75
Transferências Financeiras Recebidas		159.006.457,34	164.320.245,63

Resultantes da Execução Orçamentária	139.849.181,02	133.402.655,01
Repasso Concedido	577.678,34	635.357,10
Sub-repasso Concedido	139.271.502,68	132.760.816,83
Repasso Devolvido	-	6.481,08
Independentes da Execução Orçamentária	19.157.276,32	30.917.590,62
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	19.009.753,50	30.076.597,86
Demais Transferências Concedidas	37.152,01	232.481,23
Movimentação de Saldos Patrimoniais	110.370,81	608.511,53
Pagamentos Extraorçamentários	23.952.923,15	33.871.937,22
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	5.850.833,11	4.805.494,74
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	17.935.316,11	29.032.148,76
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	116.911,03	34.293,72
Outros Pagamentos Extraorçamentários	49.862,90	-
Demais Pagamentos	49.862,90	-
Saldo do Exercício Anterior Seguinte	12.085.865,28	7.551.450,49
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.085.865,28	7.551.450,49
Total dos Dispendios	360.057.133,24	356.069.635,42

Fonte: SIAFI

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	R\$ Reais	
	NE	2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	12.606.504,14	15.243.738,86
Ingressos	316.736.847,94	324.668.079,97
Receita Patrimonial	34.509,63	20.646,01
Receita de Serviços	1.260.356,30	369.305,68
Outras Receitas Derivadas e Originárias	3.333,16	1.645,23
Outros Ingressos Operacionais	315.438.648,85	324.276.483,05
Ingressos Extraorçamentários	91.567,86	29.885,18
Transferências Financeiras Recebidas	315.240.855,73	323.638.086,34
Arrecadação de Outra Unidade	106.225,26	608.511,53
Desembolsos	-304.130.343,80	-309.424.341,11
Pessoal e demais Despesas Correntes	-134.356.093,30	-134.556.505,58
Administração	-	-5.412,50
Previdência Social	-24.749.975,60	-23.224.951,29
Educação	-	-3.082,40
Cultura	-109.089.208,73	-110.452.539,34
Direitos da Cidadania	-516.908,97	-870.520,05
Transferências Concedidas	-10.601.019,23	-10.513.296,18
Intergovernamentais	-100.000,00	-110.000,00
A Estados e/ou Distrito Federal	-100.000,00	-110.000,00
Intragovernamentais	-7.252.987,84	-7.680.382,68
Outras Transferências Concedidas	-3.248.031,39	-2.722.913,50
Outros Desembolsos Operacionais	-159.173.231,27	-164.354.539,35
Dispendios Extraorçamentários	-116.911,03	-34.293,72
Transferências Financeiras Concedidas	-159.006.457,34	-164.320.245,63
Demais Pagamentos	-49.862,90	-
Fluxos de Caixa Líquido das Ativid Operacionais	12.606.504,14	15.243.738,86

Fluxos de Caixa das Atividades Investimentos		-8.072.089,35	-15.956.753,70
Desembolsos		-8.072.089,35	-15.956.753,70
Aquisição de Ativo Não Circulante		-8.072.089,35	-15.900.700,67
Outros Desembolsos de Investimentos		-	-56.053,03
Fluxos de Caixa Líquido das Ativid Investimentos		-8.072.089,35	-15.956.753,70
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		4.534.414,79	-713.014,84
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		7.551.450,49	8.264.465,33
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		12.085.865,28	7.551.450,49

Fonte: SIAFI

3- Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCON foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 8ª edição) e o Manual Siafi.

As DCON foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e tiveram como escopo as informações consolidadas a nível de órgão, ou seja, engloba as contas desta Autarquia com suas unidades vinculadas.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- ✓ Balanço Patrimonial (BP);
- ✓ Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- ✓ Balanço Orçamentário (BO);
- ✓ Balanço Financeiro (BF);
- ✓ Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- ✓ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- ✓ Notas Explicativas

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas na conta única.

3.1- Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual Siafi.

- Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.
- Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor

de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

- Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- Depósitos Restituíveis - São os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo seu custo histórico acrescido dos rendimentos do período.
- Créditos a curto prazo - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.
- Estoques – Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição (custo) ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado (valor justo).
- Ativo realizável a longo prazo - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.
- Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de custo, ou seja, aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

- Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data em que o bem estiver em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.
- Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.
- Reavaliação, redução ao valor recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;
- Passivos circulantes e não circulantes – As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.
- Benefícios a empregados - Benefícios a empregados. Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.
- Ativos e Passivos Contingentes – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.
- Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - Resultado Patrimonial na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas; se o

resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial; caso contrário será Déficit Patrimonial.

- No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário, o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada; se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário.
- No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior; se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

3.2- Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

No contexto da União, ficaram definidos os prazos apresentados no quadro anexo à Portaria STN nº 548/2015 <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/publicado-o-plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais> que cita a situação em que se encontra cada procedimento: implantado, em andamento, não iniciado.

3.3- Principais mudanças nas práticas e procedimentos contábeis:

a-) Desreconhecimento dos créditos relativos a Diversos Responsáveis: a CCONT procedeu o desreconhecimento destes créditos decorrentes de falta/irregularidades na comprovação das Tomadas de Contas Especiais. Os valores pendentes de julgamento devem ser registrados apenas em contas de controle e o ativo deve ser reconhecido somente quando tiver a decisão definitiva do TCU com a devida imputação de débito.

b-) Desreconhecimento dos créditos relativos a Adiantamento de Transferências Voluntárias: a CCONT, em atendimento ao acórdão TCU 1320/2017, efetuou os lançamentos contábeis de desreconhecimento destes créditos tendo em vistas por não preencher os requisitos do conceito de ativo de acordo com a NBC TSP, Estrutura Conceitual e o MCASP. Entretanto, nas contas de controle, estão preservados os registros com vistas ao devido acompanhamento da prestação de contas pelos convenientes aos seus órgãos concedentes.

3.4- Acesso à Informação - Publicação das DCON:

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas estão publicadas no site do Ibram e podem ser acessadas na sua íntegra por meio do endereço eletrônico <https://www.gov.br/museus/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis>.

4 - Notas Explicativas dos Itens das Demonstrações Contábeis

Tabela 01 - Caixa e Equivalentes

	R\$			
Mês Lançamento	dez/22	dez/21	AV%	AH%
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	19.928,42	45.271,59	0,2%	-56%
Limite de Saque c/ Vinculação de Pgto - OFSS	2.568.696,81	1.724.772,59	21%	49%
Limite de Saque c/ Vinculação de Pgto (autorização)	9.497.240,05	5.781.406,31	79%	64%
Total:	12.085.865,28	7.551.450,49	100%	

Fonte: Siafi

Os recursos financeiros registrados na conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” do Ibram tem a finalidade de fazer frente aos encargos assumidos na execução das despesas ao longo do exercício. Tem em sua composição recursos aplicados na conta Caixa Econômica Federal (cauções e garantias), recursos recebidos do Tesouro Nacional (fonte Tesouro) e recursos próprios advindos das arrecadações das unidades museológicas (fonte própria).

Os valores depositados na Caixa Econômica Federal, que são relativos a depósito em caução por exigência contratual, corresponderam a menos de 1% dos recursos do órgão e sua redução em 56% em relação ao ano passado ocorreu em virtude do encerramento de alguns contratos e a consequente devolução do numerário aos caucionários. A queda se fundamenta basicamente pela redução de diversos postos nos contratos continuados das unidades em decorrência dos trabalhos que estão sendo realizados remotamente por alguns servidores desta Autarquia.

A conta “Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento” compreende recursos provenientes do Tesouro, recursos próprios e outros. Esses recursos servem para atender a despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Enquanto os recursos não utilizados na fonte Tesouro são devolvidos ao final de cada exercício, os recursos próprios permanecem na conta do órgão. Vale ressaltar que todo o recurso na fonte Tesouro foi devidamente e devolvido no encerramento do exercício de 2022 restando nessa conta 57% de recursos próprios e 42% referente a recursos relativos ao Fundo de Defesas de Direitos Difusos – FDD que está sendo utilizado para pagamento de despesas com a prestação de serviços técnicos em engenharia e arquitetura consultiva ao Museu Palácio Rio Negro (Petrópolis/RJ) vinculado ao Museu da República.

O saldo relacionado à terceira conta da Tabela 01, “Limite de Saque c/ vinculação de pagamento – OFSS (autorização)” é referente à pendência na autorização de emissão de ordem bancária por parte dos gestores, já que a efetivação do pagamento da folha de pessoal ocorre sempre no primeiro dia útil do mês subsequente.

• **Gráfico 01 – Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento - OFSS - Por fonte**

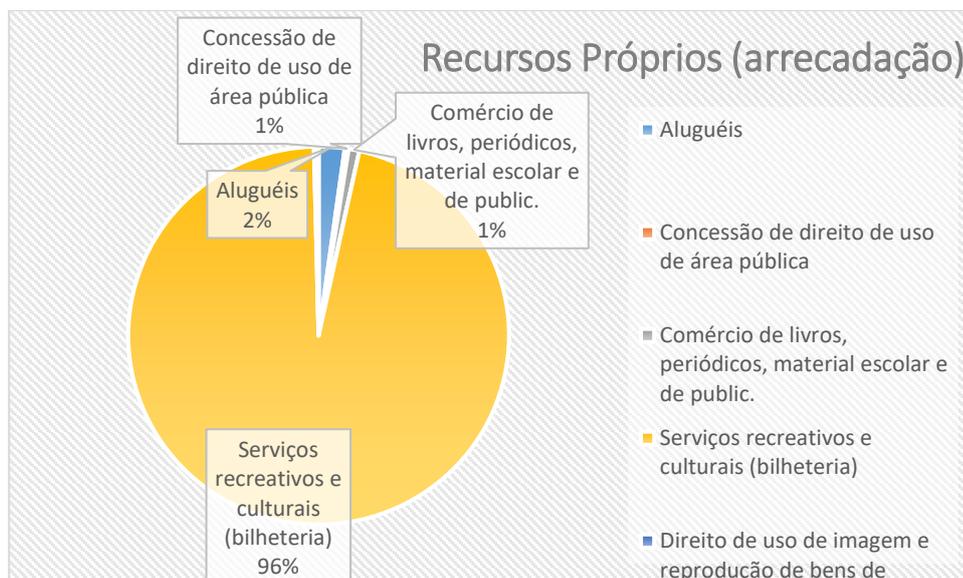


Fonte: Siafi

Percebe-se que em 2022, os recursos apresentaram uma variação aumentativa de 21% com relação ao exercício anterior no que diz respeito à arrecadação própria, graças ao retorno das visitas aos museus após

a pandemia da COVID 19. Da totalidade de arrecadações, a receita pela venda de ingressos é a mais expressiva e correspondeu a 96%, conforme demonstrado no Gráfico 02.

• **Gráfico 02 – Recursos Próprios (arrecadação)**



Fonte Siafi

• **Tabela 02: Demais Créditos Adiantamentos Concedidos**

R\$

CCon - Título (4)	Mês Lançamento	DEZ/2022	DEZ/2021	AV%	AH%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	13 SALARIO - ADIANTAMENTO	289.422,32	310.386,08	77,19	(6,75)
	ADIANTAMENTO DE FERIAS	-	-	0,00	-
	SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	85.549,83	48.369,16	22,81	76,87
	ADIANTAMENTO CONCEDIDO	-	-	-	-
	Total		374.972,15	358.755,24	37,40
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO		627.500,00	2.660.579,60	62,60	(76,41)
Total		1.002.472,15	3.019.334,84	100,00	(66,80)

Fonte: Siafi

A conta “Adiantamentos Concedidos” compreende os valores em transações realizáveis em curto prazo no que tange à folha de pessoal, com destaque para a conta de adiantamento de 13º Salários detém mais de 77% do valor total da conta no que se refere à folha de pagamento. Importa ressaltar que a legislação em vigor concede ao servidor, a cada mês trabalhado, direito a receber o duodécimo da remuneração, a título de 13º salário cujo saldo adiantado é descontado proporcionalmente ao longo dos meses efetivamente trabalhados.

Vale ressaltar que que os adiantamentos relativos à folha de pagamento representam apenas pouco mais de 37% em relação ao montante de Créditos de Adiantamentos Concedidos pelo Ibram. Sendo o restante formado por Termo de Execução Descentralizada.

A conta "Outros Créditos a Receber" se refere aos Termos de Execução Descentralizada (TEDs), firmados com outros órgãos da Administração Federal, neste período temos 3 vigentes: Um deles com a UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, para desenvolvimento de pesquisas relativas ao campo mu-

seal; outro com a UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, para realização de projeto de acervos digitais; e o último com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, para a migração de dados do sistema de bibliotecas para melhor gerenciamento das bibliotecas do Ibram.

Os valores foram transferidos visando à execução de projetos de interesse do Ibram, tais como: pesquisas relativas ao campo museal brasileiro, programas de acervos digitais (acervo em rede) e outros. Percebe-se que houve uma diminuição de pouco menos de 67% com relação aos repasses do exercício de 2021.

NOTA 03 – Estoque

- **Tabela 03: – Estoques – Ativo Circulante**

R\$

Mês Lançamento	DEZ/22	DEZ/21	AV%	AH%
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	30,00	95,70	0,01	(68,65)
Gêneros De Alimentação	18.065,09	10.287,79	7,63	75,60
Material De Caça E Pesca	77,97	77,97	0,03	0,00
Material p/ Festividades e Homenagens	0,00	11.055,00	0,00	(100,00)
Material de Expediente	56.108,02	74.253,45	23,71	(24,44)
Material de TIC - Material de Consumo	23.982,63	28.151,48	10,13	(14,81)
Material de Acondicionamento e Embalagem	4.223,46	5.397,96	1,78	(21,76)
Material de Copa e Cozinha	3.087,32	3.900,66	1,30	(20,85)
Material de Limpeza e Prod. De Higienização	5.129,70	9.152,01	2,17	(43,95)
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	66,4	132,80	0,03	(50,00)
Material p/ Manut.de bens Imóveis/Instalações	50.231,00	58.657,71	21,23	(14,37)
Material p/ Manutenção de Bens móveis	12.079,27	8.975,52	5,10	34,58
Material Elétrico e Eletrônico	46.760,04	42.906,04	19,76	8,98
Material de Proteção e Segurança	9.150,93	12.218,33	3,87	(25,10)
Material para Comunicações	0,00	110,38	0,00	(100,00)
Material Laboratorial	162,00	306,00	0,07	(47,06)
Material Hospitalar	858,56	2.123,28	0,36	(59,56)
Material p/ Manutenção de Veículos	577,50	831,00	0,24	(30,51)
Ferramentas	1.915,34	2.126,44	0,81	(9,93)
Material de Sinalização Visual e Outros	559,03	2.675,05	0,24	(79,10)
Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	2.701,00	5.402,00	1,14	(50,00)
Discotecas e Fílmotecas Não Imobilizável	894,21	1.074,21	0,38	(16,76)
Outros	0,00	2.413,40	0,00	(100,00)
Total	236.659,47	243.640,06	100,00	(2,87)

Fonte: Siafi

A conta “Estoques” é composta por materiais cujo objetivo é suprir as unidades na sua prestação de serviço. Conforme demonstrado na Tabela 03, verifica-se que os itens mais significativos são “Materiais de Expediente” e “Material p/ Manut.de bens Imóveis/Instalações” com 23,7% e 21,2% respectivamente.

Na análise horizontal, comparando os períodos, verifica-se que ocorreu um decréscimo no total de 2,87%, onde houve decréscimos expressivos em diversas contas, algumas com o saldo sendo totalmente zerado, destaque para a conta “Material p/ Festividades e Homenagens”, que foi a conta com o maior saldo baixado.

O decréscimo não foi maior, pois outras contas com valores expressivos sofreram grandes acréscimos no mesmo período com destaque para a conta “Gêneros de Alimentação”, que teve um aumento de 75,6% em relação ao exercício anterior.

Nota 04 – Bens Móveis

- **Tabela 04: Bens Móveis - Composição:**

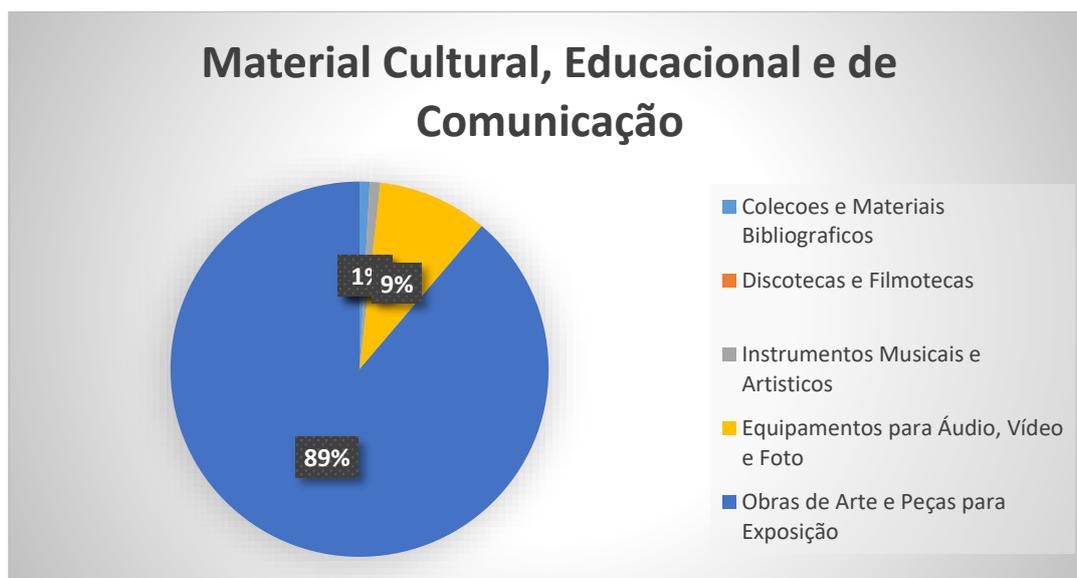
R\$

Mês Lançamento	DEZ/22	DEZ/21	AV%	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	4.934.990,28	5.010.683,98	9,86	(1,51)
Bens de Informática	7.595.139,37	7.962.274,04	15,67	(4,61)
Móveis e Utensílios	10.581.457,18	10.034.623,00	19,74	5,45
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	25.572.796,34	25.474.023,91	50,12	0,39
Veículos	674.503,27	765.483,86	1,51	(11,89)
Demais Bens Móveis	1.516.417,24	5.010.683,98	9,86	(9,01)
Valor Contábil Total	50.875.303,68	50.913.603,80	100,00	(0,08)
Depreciação / Amortização Acumulada	(88.712,64)	(88.712,64)	0,00	0,00
Total	50.786.591,04	50.824.891,16		(0,08)

Fonte: Siafi

Dos bens móveis do Ibram, sobressai o “Material Cultural, Educacional e de Comunicação” que representa 50% do valor total. Deste item, o mais expressivo é o acervo dos museus, composto por coleções, materiais culturais, obras para exposição, coleções bibliográficas, instrumentos musicais e outros, que corresponde a 89%, conforme evidenciado no Gráfico 02:

- **Gráfico 02 – Material Cultural, Educacional e de Comunicação**



Fonte: Siafi

Contudo, a referida conta contábil “Material Cultural, Educacional e de Comunicação” permanece subavaliada, não correspondendo à realidade do acervo das unidades museológicas. Conforme identificado no Relatório de Inventário Anual, portanto, o saldo não fornece informações precisas ou fidedignas. Isso acontece devido à dificuldade que as unidades museológicas têm encontrado para atribuir valor aos bens do acervo e às obras de arte levando em conta a especificidade desse bem; por sua natureza, subjetividade e raridade.

Todavia, com a publicação da Portaria STN 548, 24/9/2015, o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural se tornaram obrigatórios e as unidades museológicas já estão envidando esforços para cumprir a norma a fim de que os registros dessa conta passem a expressar a realidade dos valores dos acervos e das peças que se encontram em nossos museus.

É possível observar também que não houve variação na conta “Depreciação/Amortização Acumulada” pela falta de utilização de sistema informatizado gerenciador de bens móveis.

NOTA 05 – Bens Imóveis

No Ibram, os “Bens de Uso Especial” representam quase a totalidade do valor da conta de Bens Imóveis, e compreendem os imóveis residenciais/comerciais, edifícios, terrenos/glebas, museus/palácios e salas. Nota-se que houve um aumento de 34,14% na conta “Bens Imóveis em Andamento”, fruto da execução de obras de reformas estruturais e restauração arquitetônicas em algumas de nossas unidades museológicas.

Dos bens imóveis que somam R\$ 430.845.452,69, apenas 0,48% foram depreciados, o que demonstra um baixo grau de depreciação, pois depende de implementações no Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) da Secretaria de Patrimônio da União.

Percebe-se também que o valor da depreciação acumulada sofreu um decréscimo de 82,6%. Isto é devido a um ajuste de bens imóveis cadastrados no SPIUnet, conforme conciliação entre planilha encaminhada pela SPU e o Siafi.

• Tabela 05: – Bens Imóveis - Composição

Mês Lançamento	DEZ/22	DEZ/21	AV%	AH%
Bens de Uso Especial	406.093.714,07	405.306.416,88	94,71	0,19
Bens Imóveis em Andamento	24.630.738,62	18.362.046,13	5,74	34,14
Instalações	121.000,00	121.000,00	0,03	0,00
Valor Contábil Total	430.845.452,69	423.789.463,01	100	1,66
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(2.078.024,29)	(11.927.882,39)	(0,48)	(82,58)
Total	428.767.428,40	411.861.580,62		4,10

Fonte: Siafi

Dos bens de Uso Especial, destacam-se os “Museus e Palácios” que representam 87% seguido de “Imóveis Residenciais/Comerciais” com 13%, conforme Gráfico 03:

• Gráfico 03 – Bens de Uso Especial

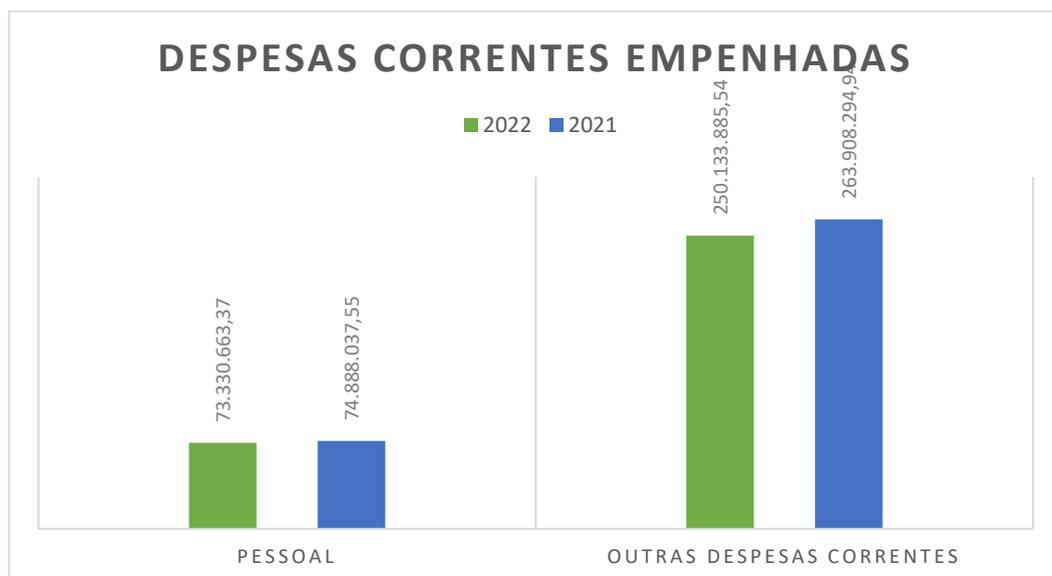


Fonte: Siafi

NOTA 07 – Despesa Orçamentária

Em se tratando da execução da despesa orçamentária de 2022, houve uma diminuição de 4,5% em relação ao exercício de 2021. As despesas de custeio diminuíram 5,2% em comparação com 2021, enquanto as despesas com pessoal e encargos diminuíram aproximadamente 2,1%, conforme verificamos no gráfico 05.

- **Gráfico 05 – Despesas Correntes Empenhadas**



Fonte: Siafi

- **Tabela 07 – Outras Despesas Correntes – Composição**

Na parcela das despesas de custeio, o principal responsável pela queda geral nas despesas foi “Transferência e Delegações Concedidas” por contar com quase dois terços das despesas de custeio, obteve uma queda de aproximadamente 4,6%. Outros destaques são o aumento de 4,4% de material de consumo e 5,5% na prestação de serviços.

Natureza Despesa	2022	2021	AV%	AH%
Materiais de consumo	329.913,04	315.924,10	0,13	4,43
Serviços	72.019.842,40	68.265.570,79	28,79	5,50
Depreciação, Amortização e Exaustão	370.267,03	345.950,71	0,15	7,03
Transferências e delegações Concedidas	165.242.144,20	173.177.325,18	66,06	(4,58)
Desvalorização de Ativos e incorporações de passivos	11.865.488,98	21.650.851,48	4,74	(45,20)
Tributos	65.121,43	70.183,77	0,03	(7,21)
Outras despesas correntes	241.108,46	82.488,91	0,10	192,29
Total:	250.133.885,54	263.908.294,94	100,00	(5,22)

Fonte: Siafi

- **Tabela 08 – Pessoal e Encargos – Composição**

Na parcela das despesas de pessoal, ocorreu um decréscimo de 2,08%. Com um aumento expressivo em “Aposentadorias e pensões” de 10,4%, mas com também grande diminuição em “Vencimentos e Vantagens Fixas” e “Obrigações Patronais” com redução de 8,6% e 5,3% respectivamente.

Natureza Despesa	2022	2021	AV%	AH%
Aposentadorias e Pensões	26.544.166,88	24.035.547,44	36,20	10,44
Vencimentos e vantagens Fixas	39.146.217,77	42.810.318,69	53,38	(8,56)
Obrigações Patronais	7.275.213,85	7.682.596,34	9,92	(5,30)
Outras Despesas	365.064,87	359.575,08	0,50	1,53
Total	73.330.663,37	74.888.037,55	100,00	(2,08)

Fonte Siafi

5- Outras Informações Relevantes

Resultado Acumulado – Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2022, foram contabilizados, a título de ajustes de exercícios anteriores, o montante de **R\$ 10.220.125,15**, que trata de despesas e receitas de anos anteriores que foram reconhecidos no exercício atual, por mudança de práticas contábeis e/ou ajustes decorrentes de omissões e erros cometidos. Basicamente, este montante está relacionado a ajustes na depreciação acumulada de bens imóveis cadastrados no SPIUnet.

6- Tabelas Extraídas do SIAFI



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA
ORGÃO 54000 - MINISTERIO DO TURISMO
EXERCÍCIO 2022
PERÍODO Anual
EMISSÃO 19/01/2023
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	1.298.199,09	391.596,92	Despesas Orçamentárias	165.011.887,47	150.326.002,08
Ordinárias	-	-	Ordinárias	128.236.245,04	131.274.438,71
Vinculadas	1.298.199,09	391.596,92	Vinculadas	36.775.642,43	19.051.563,37
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.596.162,20	8.406.268,80
Outros Recursos Vinculados a Fundos,	1.298.199,09	391.596,92	Previdência Social (RPPS)	22.935.289,14	8.420.976,82
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos,	12.244.191,09	2.224.317,75
			Órgãos e Programas		
Transferências Financeiras Recebidas	315.240.855,73	323.638.086,34	Transferências Financeiras Concedidas	159.006.457,34	164.320.245,63
Resultantes da Execução Orçamentária	278.202.607,01	264.095.774,13	Resultantes da Execução Orçamentária	139.849.181,02	133.402.655,01
Repasse Recebido	138.931.104,33	131.334.957,30	Repasse Concedido	577.678,34	635.357,10
Sub-repasse Recebido	139.271.502,68	132.760.816,83	Sub-repasse Concedido	139.271.502,68	132.760.816,83
Independentes da Execução Orçamentária	37.038.248,72	59.542.312,21	Repasse Devolvido		6.481,08
Transferências Recebidas para Pagamento	37.006.440,67	59.504.069,78	Independentes da Execução Orçamentária	19.157.276,32	30.917.590,62
Demais Transferências Recebidas	3.772,38		Transferências Concedidas para Pagamento	19.009.753,50	30.076.597,86
Movimentação de Saldos Patrimoniais	28.035,67	38.242,43	de RP		
Aporte ao RPPS	-	-	Demais Transferências Concedidas	37.152,01	232.481,23
Aporte ao RGPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	110.370,81	608.511,53
			Aporte ao RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	35.966.627,93	23.775.486,83	Pagamentos Extraorçamentários	23.952.923,15	33.871.937,22
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	10.407.240,40	5.139.703,85	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	5.850.833,11	4.805.494,74
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	25.361.594,41	17.997.386,27	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	17.935.316,11	29.032.148,76
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	91.567,86	29.885,18	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	116.911,03	34.293,72
Outros Recebimentos Extraorçamentários	106.225,26	608.511,53	Outros Pagamentos Extraorçamentários	49.862,90	-
Arrecadação de Outra Unidade	106.225,26	608.511,53	Demais Pagamentos	49.862,90	
Saldo do Exercício Anterior	7.551.450,49	8.264.465,33	Saldo para o Exercício Seguinte	12.085.865,28	7.551.450,49
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.551.450,49	8.264.465,33	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.085.865,28	7.551.450,49
TOTAL	360.057.133,24	356.069.635,42	TOTAL	360.057.133,24	356.069.635,42



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA
ORGÃO 54000 - MINISTERIO DO TURISMO
EXERCÍCIO 2022
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 19/01/2023
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	20.515,00	20.515,00	1.298.199,09	1.277.684,09
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço	-	-	-	-
Receita Patrimonial	7.440,00	7.440,00	34.509,63	27.069,63
Exploração do Patrimônio Imobiliário do	7.440,00	7.440,00	32.739,63	25.299,63
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	1.770,00	1.770,00
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	13.075,00	13.075,00	1.260.356,30	1.247.281,30
Serviços Administrativos e Comerciais	13.075,00	13.075,00	1.260.356,30	1.247.281,30
Serviços e Atividades Referentes à	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	3.333,16	3.333,16
Multas Administrativas, Contratuais e	-	-	2.006,66	2.006,66
Indenizações, Restituições e	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	1.326,50	1.326,50
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	20.515,00	20.515,00	1.298.199,09	1.277.684,09
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	20.515,00	20.515,00	1.298.199,09	1.277.684,09
DEFICIT	-	-	163.713.688,38	163.713.688,38
TOTAL	20.515,00	20.515,00	165.011.887,47	164.991.372,47
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	4.178.152,00	-	-4.178.152,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	7.069.017,00	-	-
Créditos Cancelados	-	-2.890.865,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	156.675.528,00	162.410.090,00	152.206.742,47	136.418.504,64	126.011.264,24	10.203.347,53
Pessoal e Encargos Sociais	70.591.605,00	71.399.438,00	69.984.712,22	69.984.712,22	65.411.410,79	1.414.725,78
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	86.083.923,00	91.010.652,00	82.222.030,25	66.433.792,42	60.599.853,45	8.788.621,75
DESPESAS DE CAPITAL	3.162.000,00	1.605.590,00	12.805.145,00	3.231.788,42	3.231.788,42	-11.199.555,00
Investimentos	3.162.000,00	1.605.590,00	12.805.145,00	3.231.788,42	3.231.788,42	-11.199.555,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	159.837.528,00	164.015.680,00	165.011.887,47	139.650.293,06	129.243.052,66	-996.207,47
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	159.837.528,00	164.015.680,00	165.011.887,47	139.650.293,06	129.243.052,66	-996.207,47
TOTAL	159.837.528,00	164.015.680,00	165.011.887,47	139.650.293,06	129.243.052,66	-996.207,47

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS	5.888.043,01	15.407.727,53	13.290.595,20	12.890.759,04	4.559.179,59	3.845.831,91
Pessoal e Encargos	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas	5.888.043,01	15.407.727,53	13.290.595,20	12.890.759,04	4.559.179,59	3.845.831,91
DESPESAS DE CAPITAL	2.585.157,52	2.589.658,74	5.110.478,78	5.044.557,07	5.347,90	124.911,29
Investimentos	2.585.157,52	2.589.658,74	5.110.478,78	5.044.557,07	5.347,90	124.911,29
Inversões	-	-	-	-	-	-
Amortização da	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8.473.200,53	17.997.386,27	18.401.073,98	17.935.316,11	4.564.527,49	3.970.743,20

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS	162.787,65	5.167.835,85	5.166.342,63	137.598,64	26.682,23
Pessoal e Encargos	11.622,67	4.789.247,09	4.784.649,45	-	16.220,31
Juros e Encargos da	-	-	-	-	-
Outras Despesas	151.164,98	378.588,76	381.693,18	137.598,64	10.461,92
DESPESAS DE CAPITAL	-	684.490,48	684.490,48	-	-
Investimentos	-	684.490,48	684.490,48	-	-
Inversões	-	-	-	-	-
Amortização da	-	-	-	-	-
TOTAL	162.787,65	5.852.326,33	5.850.833,11	137.598,64	26.682,23



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA
ORGÃO 54000 - MINISTERIO DO TURISMO
EXERCÍCIO 2022
PERÍODO Anual
EMISSÃO 19/01/2023
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	13.324.996,90	10.853.109,51	PASSIVO CIRCULANTE	42.276.110,78	30.901.549,43
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.085.865,28	7.551.450,49	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	6.251.903,36	6.676.187,74
Créditos a Curto Prazo	1.002.472,15	3.019.334,84	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	1.002.472,15	3.019.334,84	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.269.848,85	922.867,75
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	236.659,47	282.324,18	Transferências Fiscais a Curto Prazo	1.211.209,71	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	30.543.148,86	23.302.493,94
ATIVO NÃO CIRCULANTE	479.650.772,77	462.795.135,05	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	27.102,01	27.102,01	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	27.102,01	27.102,01	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	27.102,01	27.102,01	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	42.276.110,78	30.901.549,43
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	2022		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	-	-	2021		
do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social		
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Perm.	-	-	Reservas de Lucros		
Imobilizado	479.554.019,50	462.686.471,78	Demais Reservas		
Bens Móveis	50.786.591,10	50.824.891,16	Resultados Acumulados		
Bens Móveis	50.875.303,74	50.913.603,80	Resultado do Exercício		
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de	-88.712,64	-88.712,64	Resultados de Exercícios Anteriores		
Bens Móveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Bens Imóveis	428.767.428,40	411.861.580,62	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Bens Imóveis	430.845.452,69	423.789.463,01	450.699.658,89		
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens	-2.078.024,29	-11.927.882,39	442.746.695,13		
Imóveis	-	-	442.746.695,13		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	446.133.689,96		
Intangível	69.651,26	81.561,26	-192.002,57		
Softwares	58.495,00	70.405,00	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Softwares	58.495,00	70.405,00	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-	492.975.769,67		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-	473.648.244,56		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	11.156,26	11.156,26	492.975.769,67		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	11.156,26	11.156,26	473.648.244,56		
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e	-	-			
Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas,	-	-			
Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de	-	-			
Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de	-	-			
Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	492.975.769,67	473.648.244,56	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	492.975.769,67	473.648.244,56

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	12.085.865,28	7.551.450,49	PASSIVO FINANCEIRO	39.786.188,66	32.530.972,37
ATIVO PERMANENTE	480.889.904,39	466.096.794,07	PASSIVO PERMANENTE	31.356.501,86	24.841.163,86
			SALDO PATRIMONIAL	421.833.079,15	416.276.108,33

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	35.253.969,97	62.428.689,12	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	58.371.084,52	55.050.294,73
ATIVOS			PASSIVOS		
Atos Potenciais Ativos	35.253.969,97	62.428.689,12	Atos Potenciais Passivos	58.371.084,52	55.050.294,73
Garantias e Contragarantias	5.802.817,61	26.844.808,52	Garantias e Contragarantias	-	-
Recebidas			Concedidas		
Direitos Conveniados e	29.451.152,36	35.583.880,60	Obrigações Conveniadas e	5.112.256,71	4.174.855,39
Outros Instrumentos			Outros Instrumentos		
Congêneres			Congêneres		
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	53.258.827,81	50.875.439,34
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais	-	-
			Passivos		
TOTAL	35.253.969,97	62.428.689,12	TOTAL	58.371.084,52	55.050.294,73

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-20.048.004,53
Recursos Vinculados	-7.652.318,85
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-272.226,99
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-7.380.091,86
TOTAL	-27.700.323,38



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA
 ORGÃO 54000 - MINISTERIO DO TURISMO
 EXERCÍCIO 2022
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 19/01/2023
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	12.606.504,14	15.243.738,86
INGRESSOS	316.736.847,94	324.668.079,97
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	34.509,63	20.646,01
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.260.356,30	369.305,68
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	3.333,16	1.645,23
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	315.438.648,85	324.276.483,05
Ingressos Extraorçamentários	91.567,86	29.885,18
Transferências Financeiras Recebidas	315.240.855,73	323.638.086,34
Arrecadação de Outra Unidade	106.225,26	608.511,53

DESEMBOLSOS	-304.130.343,80	-309.424.341,11
Pessoal e Demais Despesas	-134.356.093,30	-134.556.505,58
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-5.412,50
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-24.749.975,60	-23.224.951,29
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-3.082,40
Cultura	-109.089.208,73	-110.452.539,34
Direitos da Cidadania	-516.908,97	-870.520,05
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-10.601.019,23	-10.513.296,18
Intergovernamentais	-100.000,00	-110.000,00
A Estados e/ou Distrito Federal	-100.000,00	-110.000,00
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-7.252.987,84	-7.680.382,68
Outras Transferências Concedidas	-3.248.031,39	-2.722.913,50
Outros Desembolsos Operacionais	-159.173.231,27	-164.354.539,35
Dispêndios Extraorçamentários	-116.911,03	-34.293,72
Transferências Financeiras Concedidas	-159.006.457,34	-164.320.245,63
Demais Pagamentos	-49.862,90	-

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-8.072.089,35	-15.956.753,70
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-8.072.089,35	-15.956.753,70
Aquisição de Ativo Não Circulante	-8.072.089,35	-15.900.700,67
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-56.053,03
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.534.414,79	-713.014,84
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.551.450,49	8.264.465,33
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	12.085.865,28	7.551.450,49



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA
ORGÃO 54000 - MINISTERIO DO TURISMO
EXERCÍCIO 2022
PERÍODO Anual
EMISSÃO 19/01/2023
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	321.197.387,52	335.601.340,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.294.865,93	389.951,69
Venda de Mercadorias	11.815,30	4.078,68
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.283.050,63	385.873,01
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	316.891.092,04	324.706.228,57
Transferências Intragovernamentais	315.240.855,73	323.638.086,34
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.650.236,31	1.068.142,23
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.901.871,13	9.895.003,21
Reavaliação de Ativos	787.297,19	2.340.872,08
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	160.000,00	1.167.500,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.954.573,94	6.386.631,13
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	109.558,42	610.156,76
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	109.558,42	610.156,76

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	323.464.548,91	338.796.332,49
Pessoal e Encargos	46.786.496,49	50.852.490,11
Remuneração a Pessoal	36.305.191,46	40.067.106,35
Encargos Patronais	7.275.213,85	7.682.596,34
Benefícios a Pessoal	2.841.026,31	2.743.212,34
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	365.064,87	359.575,08
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	26.544.166,88	24.035.547,44
Aposentadorias e Reformas	24.622.446,88	22.238.054,64
Pensões	1.262.887,67	1.097.009,73
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	658.832,33	700.483,07
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	72.720.022,47	68.927.445,60
Uso de Material de Consumo	329.913,04	315.924,10
Serviços	72.019.842,40	68.265.570,79
Depreciação, Amortização e Exaustão	370.267,03	345.950,71
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.797,21	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	2.797,21	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	165.242.144,20	173.177.325,18
Transferências Intragovernamentais	159.056.320,24	164.320.245,63
Transferências Intergovernamentais	4.055.553,08	2.427.073,50
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	503.688,02	405.840,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.626.582,86	6.024.166,05
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	11.865.488,98	21.650.851,48
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	25.978,40
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	8.479.638,47	18.781.354,21
Desincorporação de Ativos	3.385.850,51	2.843.518,87
Tributárias	65.121,43	70.183,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.875,56	11.033,22
Contribuições	52.245,87	59.150,55
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	238.311,25	82.488,91
Premiações	175.000,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	63.311,25	82.488,91
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-2.267.161,39	-3.194.992,26